Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
v. 7, n. 1, jan- abr, 2021.
Missões

MAPEAMENTO DAS AÇÕES DA ASSESSORIA TECNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) DESENVOLVIDAS NOS ASSENTAMENTOS EM SÃO GABRIEL

MAPPING OF TECHNICAL, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASSESSMENT ACTIVITIES (ATES) DEVELOPED IN THE SETTLEMENTS IN SÃO GABRIEL

Recebido em: 10/0/2019
Aceito em: 07/02/2021

Vanderlei Vieira Farias Junior[1]

Resumo: A temática agrária é um componente muito impotante na economica brasileira. Dentro desse contexto estão incluidos os agricultores familiares, que são um elo impressindível concernente a distribuição de renda e produção de alimentos. Por esse motivo, é um elemento que requer apreço do estado para manutenção da cadeia produtiva. O artigo buscou responder a seguinte problemática: quais foram às prioridades elencadas pela assistência técnica para o desenvolvimento dos assentamentos localizados na região de São Gabriel? Com objetivo de realizar uma síntese da sistematização de componentes teóricos e elementos encontrados a partir de uma pesquisa ampla das ações desenvolvidas pela COPTEC-Núcleo Operacional São Gabriel. Ao análizar o enfoque das ações da prestadora oficial do município, pode-se vislumbrar o trabalho voltado para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região. A metodologia utilizada para obtenção das informações da prestadora, obtida através do mapeamento das ações da ATES realizadas nos assentamentos localizados no município de São Gabriel, entre os anos de 2010 e 2014, através dos registros do INCRA localizados na plataforma do SAMA. Verificou-se que as ações da ATES foram instrumentos voltados para atender as demandas existentes nos assentamentos, de acordo com as necessidades das famílias verificadas *in loco* pelos tecnicos. Ficou de fácil percepção que, em sua maioria, o intuito era auxiliar na sustentabilidade produtiva das famílias e facilitar o acesso aos recursos disponíveis.

Palavras-Chave: Extensão Rural; Mapeamento; Reforma Agrária; SAMA.

Abstract: The agrarian theme is a very important component in the Brazilian economy. Within this context, family farmers are included, which are an essential link regarding income distribution and food production. For this reason, it is an element that requires appreciation from the state to maintain the production chain. The article sought to answer the following problem: what were the priorities listed by technical assistance for the development of settlements located in the region of São Gabriel? In order to carry out a synthesis of the systematization of theoretical components and elements found from a broad research of the actions developed by COPTEC-Core Operational São Gabriel. When analyzing the focus of the actions of the official provider of the municipality, one can glimpse the work aimed at the development of agrarian reform settlements in the region. The methodology used to obtain information from the provider, obtained through the mapping of ATES actions carried out in the settlements located in the municipality of São Gabriel between the years 2010 and 2014, through the INCRA records located on the SAMA platform. It was found that ATES 'actions were instruments aimed at meeting the existing demands in the settlements, according to the needs of the families verified in loco by the technicians. It was easy to see that most of them were intended to assist in the productive sustainability of families and facilitate access to available resources.

Keywords: Rural Extension; Mapping; Land reform; SAMA.

INTRODUÇÃO

As questões agrárias e a forma de tratamento das políticas públicas relacionadas a elas, vêm sendo discutidas há algum tempo e ainda estão abertas para debates, sendo que o meio

[1] E-mail: vfariasjunior@hotmail.com

rural nos últimos anos, vem sofrendo várias mudanças em sua estrutura produtiva, econômica, política e social, causadas por diferentes agentes que atuam nesses seguimentos, sejam eles o estado, complexos agroindustriais, grupos econômicos ou agentes sociais (NEUMANN e DALBIANCO, 2012, p. 83 a 84).

Segundo Lisboa et. al. (2012), a discussão em torno da temática da extensão rural, chama a atenção para a diversidade de agentes que contribuem para o desenvolvimento rural e agrícola, sendo esses agentes públicos ou privados, e na medida que atuam, influenciam significativamente a realidade social existente. Igualmente, destaca- se a importância da atuação do Estado no controle e até mesmo nas mudanças necessárias para a minimização dos problemas rurais (NEUMANN e DIESEL, 2012, p 329 a 330).

Dentro desse contexto encontram-se os produtores rurais campesinos, colonos, assentados da reforma agrária e os demais agricultores que compõem a agricultura familiar.

No caso da reforma agrária, os assentamentos encontram diversos problemas estruturais, como ausência de casas, água, energia elétrica, acesso à saúde e a educação bem como risco com segurança alimentar. Cabe então ressaltar a importância da Assitencia Tecnica, Socil e Ambiental (ATES), que atua de forma técnico-pedagógica junto desses agentes do meio rural, com papel de destaque na implantação, execução e viabilização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como um todo e a reforma agrária (NEUMANN E DALBIANCO, 2012, p 107-130).

O presente artigo tem como objetivo caracterizar o enfoque das ações da ATES que contribuiram para o desenvolvimento dos assentamentos localizados no munnicípio de São Gabriel. No âmbito desse contexto, busca-se mapear suas ações desenvolvidas nos assentamentos entre os anos de 2010 e 2014; Identificar as ações da ATES relacionadas às áreas Ambiental, Social e Produtiva; Analisar o enfoque principal dado pela ATES em cada área de atuação.

O ESPAÇO RURAL E A REFORMA AGRÁRIA

A história do Brasil é marcada por disputas e desigualdades na distribuição da riqueza e dos fatores de produção desde sua origem, o que segundo Reis (2008) fica evidenciado a partir da estrutura fundiária criada pela corte portuguesa em 1530, através da carta régia, que concedeu a Martim Afonso de Souza autoridade para conferir as primeiras sesmarias[2].

[2] O sistema de sesmaria foi criado em 1375, pelo rei Português Dom Fernando I. Foi desenvolvido para auxiliar

Segundo Filho e Fontes (2009), com a independencia do Brasil de Portgal, em julho de 1822, extingue-se o período sesmeiro, e no periodo compreendido entre 1822 e 1850, ocorreu no Brasil a posse livre de terras devolutas, uma vez que não existia uma legislação que regulamenta-se o direito de uso da terra. Após esse periodo, surge a necessidade de implementar uma lei que legitimasse o uso e a posse de terras no Brasil, lei essa que entrou em vigor na metade do século XIX, quando em 1850 surge a Lei de Terras.

Para Filhos e Fontes (2009), no periodo posterior a implantação da Lei de Terras, impossibilita-se a aquisição de terras através da simples ocupação, e através dela, todas as áreas até então não ocupadas passaram a ser propriedade do estado cabendo ao mesmo a exclusividade pela sua comercialização. Outrossim, apenas os grandes proprietários de terras tinham condições de adquirir tais propriedades, com raras excessões de escravos libertos que, após anos de trabalho escravo, tinham condições de adquirir a terra pela compra. Com essas ressalvas, seguiu-se a vinda de imigrantes ao país com a política de doação de títulos até meados do século XIX.

Segundo Monteiro (2002), a Lei de Terras de 1850 resultou em grande resistencia dos grandes posseiros e sesmeiros e teve como base três fatores, sendo um deles, o receio de que a nova legislação representa-se algum tipo de ameaça aos dominios já estabelecidos, em segundo lugar a certeza da impunidade e por ultimo a possibilidade permanente de invasão e incorporação de terras públicas aos patrimonios privados, isso em função da falta de demarcação das áreas.

Após a proclamação da nova república, na primeira constituição, Monteiro (2002) explca que houve uma descantralização na regulamentação das terras públicas, onde essas passariam a propiedade para os estados onde as terras estivessem situdas. Apartir dessa lei, ocorreu que cada estado legislaria no tocante as terras devolutas dentro de seus dominios.

Para Stédie (2002), com a industrialização da agricultura, o Brasil integrou o capital estrangeiro já com problemas agrários e a acumulação no campo se deu a partir da interferência do Estado através de crédito fácil e subsídios de preços que aceleraram a acumulação de riquezas dos proprietários rurais.

Após o amadurecimento da ideia de uma temática discutida há bastante tempo e do

no combate à grave que a coroa portuguesa passava e fazia parte de uma série de medidas referentes ao abastecimento do reino. A lei de sesmarias foi implantada no Brasil a partir de 1530 através da carta de poderes concedida a Martim Afonso de Souza que tinha como objetivo colonizar as áreas ainda não exploradas pela coroa portuguesa. (Plataforma S.I.L.B, 2017).

desejo de projetar o futuro agrário do Brasil, instituiu-se a primeira lei de reforma agrária no dia 30 de novembro de 1964, a lei n° 4504, a qual ficou conhecida como o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra foi desenvolvido com o intuito de auxiliar a questão da distribuição de terras no Brasil, além de dar a ideia de uso e função social da terra, serviu para determinar os níveis de produtividade e conceituar o campo. O papel inovador do Estatuto da Terra foi à introdução de conceitos ligados as questões agrárias. A partir dele, pôde ser mensurada a questão dos latifúndios e minifúndios através dos módulos fiscais (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Segundo Neto *et. al.* (2010), ao falar de questões agrícolas deve-se ter o cuidado de não tratar da mesma forma que as questões agrárias, pois esta última trata de assuntos mais abrangentes como o uso do espaço rural, organização dos agentes, impactos ambientais decorrentes de atividades produtivas, cadeias de mercados e seus fluxos, entre outros. Ao passo que a questão agrícola se refere ao processo produtivo, produtividade e processos técnicos que buscam ampliar esses aspectos, ou seja, é apenas um apêndice da questão agrária.

No início da década de 1970, as políticas estavam voltadas para a modernização tecnológica e o governo assumiu uma postura de modernização da agricultura dando enfoque aos chamados pacotes tecnológicos, o que segundo Medeiros (2013) intensificou os conflitos fundiários. Esse fato foi apontado como principal fator de expropriação dos trabalhadores rurais e principal agente causador do êxodo rural que se seguiu nos anos seguintes.

Nos anos que sucederam a modernização, o estado interveio na questão agrária com estímulos fiscais e concessão de terras públicas, o que atraiu capital para as regiões da Amazônia e dos Cerrados, que se compunha de áreas ocupadas de forma esparsa por indígenas e posseiros. A partir desse fato, os conflitos fundiários intensificaram e a disputa por terras ficou mais acirrada. (MEDEIROS, 2013, p 345).

No final da década de 70 teve início o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que utilizou como forma de atuação as ocupações de terra partir dos trabalhadores afetados pela modernização da agricultura. (MEDEIROS, 2013, p 346). Segundo medeiros (2013), a modernização da agricultura no Brasil ocorreu de forma desigual entre os agricultores, pois nem todos foram privilegiados com acesso ao crédito, assistência técnica, etc. Para Veiga (2003), o enfoque da reforma agrária deveria ser fomentar a agricultura familiar mediante um conjunto de políticas públicas socialmente articuladas de desenvolvimento dessas unidades de produção, para garantir que os agricultores familiares

tivessem oportunidades de se modernizarem e se tornarem economicamente viáveis.

Segundo o Intituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA), Existem muitas críticas referentes a estrutura dos assentamentos da reforma agrária. Outrossim, podemos destacar algumas iniciativas que buscam reduzir o impacto que a desestruturação dos assentamentos enfrentam, como políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos, sejam elas de cunho técnico ou voltadas para o crescimento da qualidade de vida das familias que compõem a reforma agrária. Dentro desse contexto, podemos discutir algumas possibilidades que os agricultores familiares, campesinos e assentados da reforma agrária podem ser inseridos. Dentre elas podemos destacar a temática da habitação, saneamento básico, energia, educação do campo, Programa Nacional da Agrícultura familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MELLO, 2013).

POLITICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Segundo Santos (1999), a habitação está prevista pela constituição como sendo um direito social, em que prevê a atuação das três esferas do governo com a promoção de programas de habitação e saneamento básico.

De acordo com Bolter et al. (2015), em 2003 o Governo Federal criou o Ministério das Cidades e a partir de então, as políticas voltadas para o desenvolvimento urbano passam a ser vistas como uma questão estratégica pelo governo federal.

Para Leoneti et al. (2011), outra questão importante e diretamente ligada à habitação é o saneamento, que é uma constante no Brasil já há bastante tempo. Em 1950 iniciaram-se efetivamente os investimentos nesse segmento, destacando-se alguns investimentos pontuais, destacando- se as décadas de 1970 e 1980.

Para Cardoso et al. (2013), o acesso à energia elétrica está entre os direitos básicos dos cidadãos, tendo o Governo Federal o dever de disponibilizar o acesso desse serviço com o intuito de promover o bem-estar da população.

O que Ribeiro e Santos (1994) diz, é que a energia elétrica tem um papel fundamental para população, tanto na promoção da qualidade de vida quanto da produção agrícola e cabe ao Governo o encargo de suprir as necessidades referentes à energia, podendo transmitir a responsabilidade de distribuição de energia elétrica a concessionárias por ele autorizadas.

Dentre as ações tomadas pelo estado, em busca de soluções e alternativas para os problemas relacionados à energia elétrica, o governo elaborou políticas voltadas para

universalização da energia elétrica, destacando-se entre elas os programas Luz da Terra em 1995, Luz no Campo em 1999 e Luz Para Todos em 2005 (CARDOSO et al, 2013, p 119).

Os debates que permeiam as questões da educação do campo estão presentes historicamente nos debates dos gestores públicos, nas esferas municipais, estaduais e federais, bem como no dia a dia das escolas. Isso ocorre em decorrência do estado precário que estão acometidas as estruturas físicas, administrativas e pedagógicas das escolas rurais do país (MOLINA E ROCHA, 2014, p 221).

Para Souza (2008), a educação do campo traz a concepção de valorização aos conhecimentos e práticas sociais dos trabalhadores rurais e destaca o campo como local de trabalho, moradia, lazer e como local de desenvolvimento de novas possibilidades de propagação social e desenvolvimento sustentável.

Segundo Garcia e Filho (2014), a agropecuária é uma atividade de desenvolvimento da sociedade brasileira, e teve um importante papel ao longo do tempo, pois tem se destacado como um setor estratégico e um elemento de estímulo à economia. O setor contribui para geração de emprego e renda, contribui para a segurança alimentar, a redução da pobreza e da desigualdade no País, além de promover o desenvolvimento econômico.

É importante destacar tambem investimentos nessa segmento, com destaque para o (PRONAF), criado em 28 de junho de 1996, com finalidade de apoio ao desenvolvimento rural e da agricultura familiar e projetado como mecanismo de geração de emprego e renda. (AQUINO E SCHNEIDER, 2015, p 56).

As atividades agropecuárias estão sujeitas a riscos múltiplos que podem interferir diretamente nos resultados das atividades desenvolvidas, por essa razão, se faz de suma importância a utilização de seguros agrícolas que visem garantir a manutenção do capital investido para que o produtor tenha a capacidade de plantar a safra seguinte, podemos destacar o Seguro da Agricultura Familiar, que foi criado a partir do PROAGRO[3]. (ZUKOWSKI, 2015, p 83).

Segundo Grisa (2015), a estrutura fundiária brasileira concentrada em práticas de monoculturas voltadas à exportação, perpétua a situação da pobreza de famílias no meio rural, agravando o quadro de insegurança alimentar e nutricional. Frente a essas situações podemos

[3] O PROAGRO foi criado pela lei n° 5.969/1973 e é regido pela lei Agrícola n°8171/1991, regulamentadas pelo decreto 175/1991. O PROAGRO garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de credito rural de custeio. As normas do PROAGRO são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e codificadas no MCR do BACEN (MAPA, 2018).

destacar algumas iniciativas que buscam reduzir o impacto que a desestruturação dos assentamentos enfrenta, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Progrma Nacional de Alimntação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PRONAF).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi em 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Desde sua criação, contribuiu com o desenvolvimento rural no Brasil com a criação de mercados institucionais, além de auxiliar na comercialização dos itens produzidos pela agricultura familiar (GRISA, 2015, p 163).

Segundo Grisa (2015), a metodologia utilizada no PAA é a compra de sementes e alimentos oriundos da agricultura familiar e posterior doação para mecanismos públicos de alimentação e nutrição, redes socioassistenciais e famílias em situação de vulnerabilidade social.

O programa passou por algumas mudanças no decorrer de sua implantação. Atualmente o programa conta com seis (6) modalidades que contemplam a agricultura familiar de diferentes modos. São elas: Compra com doação simultânea; formação de estoques; compra direta; PAA leite; compra institucional e Aquisição de sementes (GRISA, 2015, p 166).

Segundo Triches (2015), o PNAE teve surgimento a partir da década de 1940 e pode ser considerado um marco histórico na questão das políticas agrícolas de segurança alimentar, tanto pela história ininterrupta quanto pela amplitude das pessoas beneficiadas com o programa.

Diversos eventos contribuíram para contextualizar as características do PNAE como conhecemos hoje, onde ao longo do tempo, buscou-se um modelo de desenvolvimento e crescimento econômico que atendesse as demandas globais de bem-estar social e ambiental.
Atualmente o PNAE atua de uma forma mais abrangente, pois além de garantir a nutrição e a merenda escolar, serve de apoio e incentivo para produção agrícola local e algumas cadeias de abastecimentos, promovendo assim o desenvolvimento e a saúde pública a partir do PNAE (TRICHES, 2015, p 184).

Segundo Garcia e Filho (2014), as atividades agropecuárias, durante o contexto histórico da economia brasileira, ocupam lugar de destaque em vários aspectos muito importantes, como fonte de desenvolvimento e estabilização econômica. A agropecuária mantém um papel estratégico na economia e contribui para geração de emprego, renda e também um papel muito importante na garantia de segurança alimentar, redução da pobreza e

desigualdade social.

A distribuição fundiária brasileira é uma das mais desiguais do mundo, pois em sua grande maioria, as grandes propriedades ocupam as melhores terras, enquanto uma parcela consideravel da população rural não tem acesso a terras suficientes, de modo que tenha garantida sua manutenção em nível adequado (CARVALHO, 2010). Podemos destacar ainda outra parcela da população rural, que se destaca por ser a maioria que habita o campo, que não tem acesso a terra, recursos financeiros, e demais meiod de produção para ocupar e explorar terras de terceiros a título de arrendatário autônomo, restando apenas a procura por trabalho em grandes latifundios, o que por vezes acarreta em baixos padrões para o trabalhador rural (CARVALHO, 2010).

Segundo Gomes et al (2015), a distribuição fundiária do Brasil está sendo amenizada, mesmo que de forma insatisfatória, pelas políticas de cunho fundiário existente, podendo relacionar-se a ela três tipos de ações implementadas, que tem diferentes resultados e formas de intervenção na estrutura fundiária existente, sendo a mais conhecida à reforma agrária, que é uma política conduzida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem como base legal o Estatuto da Terra, criado em 1964.

ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES)

Segundo Dalbianco (2010), a construção da ATES advém de um processo histórico de amadurecimento da extensão rural, a partir de mobilizações sociais que reivindicavam a criação de um sistema que pudesse atender as demandas e necessidades da agricultura familiar e assentada da reforma agrária.

A Extensão Rural teve como objetivo inicial fomentar o desenvolvimento rural, para isso adotou como ferramenta a transferência de tecnologia e conhecimento. Mais tarde passou a ser o agente que viabilizou a dita “Revolução Verde”, que tinha o propósito de aumentar a produção e a produtividade dos produtores que aceitassem os pacotes tecnológicos ofertados pela Assitencia Tecnica e Extensão Rural (ATER) (DALBIANCO, 2010, p 17).

O governo federal lançou em 1997 o projeto LUMIAR, com o objetivo de prestar assistência técnica aos assentamentos da reforma agrária na tentativa de atender a aclamação social que exigia a presença estatal no meio rural. Onde foram liberados recursos federais para contratação de profissionais para atender os assentamentos, teve fim no ano de 2000, devido ao insucesso do mesmo por sua insustentabilidade social e objetiva (DALBIANCO, 2010, p 55).

Em 2003, o governo federal após vários anos de experiências, com o insucesso do desenvolvimento agrário, mudou a direção da discussão referente à Extensão Rural, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2004 foi lançado pelo governo federal no âmbito do programa Fome Zero, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em conjunto com o programa de Ates (DALBIANCO, 2010, p 18).

De acoerdo com Trevisan et al (2014), com o programa de Ates foi integrada a temática da Extensão Rural, assuntos como participação decisória, controle social, gestão compartilhada, direitos sociais, recuperação ambiental, inclusão de jovens e mulheres, fortalecimento de mercados locais, entre outros.

Visando a melhoria e desenvolvimento dos assentamentos, a ATES destaca a importância de observar aspectos além dos econômicos e produtivos, na observância de aspectos sociais e as particularidades de cada região. Com isso, segundo Dalbianco (2010), a prática da extensão rural perpetrada com o método do difusionismo tecnicista, deixa de ser pregada e aplica-se uma metodologia que fomente e valorize os aspectos socioculturais, ambientais e produtivos de uma forma sustentável.

Em 2004, foi iniciada no Rio Grande do Sul a implantação do programa de Ates por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que de 2004 a 2008 foi operado por duas prestadoras de serviços técnicos, a EMATER e o CETAP, através da modalidade convênio. (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p 117).

Em 2009, após várias avaliações, a execução da Ates passa a ser operada pela modalidade contrato, onde foi realizado uma licitação pública no qual o INCRA contratou três empresas para executar a ATES e atender principalmente as famílias assentadas alocadas em 18 Núcleos operacionais (NOs) (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p 119).

De acordo com Trevisan et al (2014), a ATES, em sua execução, conta com os Núcleos Operacionais (NOs), que são as bases das equipes técnicas e se necessário com a contratação de profissionais especialistas. Trevisan et al (2014), diz que para dar suporte as Nos previu-se uma equipe de articuladores, que auxiliam no planejamento e execução das ações das equipes de Ates e cabe aos NOs desenvolver e dar acompanhamento na execução dos projetos de exploração anual (PEA), plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), e do plano de recuperação dos assentamentos (PRA), que norteiam as ações das equipes técnicas dos núcleos operacionais.

No caso do município de São Gabriel, o serviço de ATES é realizado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC), que é a prestadora oficial do município de São Gabriel.

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. (COPTEC)

A COPTEC é uma prestadora de serviços técnicos, sociais e ambientais que atuam em áreas de reforma agrária, Criada em 1996 desde o projeto Lumiar (De Sá et al, 2012, p 141).

A Coptec está vinculada ao MST, seu propósito está voltado para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária que estão situados no estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa destaca o acompanhamento intensivo e orientação técnica de núcleos de famílias assentadas, elabora e acompanha a execução de convênios e projetos de crédito que envolva as famílias beneficiadas seguindo as diretrizes e encaminhamentos das entidades competentes que contratam a cooperativa, atua sempre visando às formas de produção sustentáveis e respeitando as particularidades de cada região (COPTEC, 2015).

Segundo a COPTEC (2015), sua atuação estava em mais de 135 assentamentos distribuídos em 36 municípios com núcleos operacionais localizados nos municípios de Candiota, Pinheiro Machado, Santana do Livramento, São Gabriel, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita e conta com mais de 120 profissionais das ciências agrárias e humanas.

Segundo Neuman e Dalbianco (2012), ao longo dos últimos 18 anos a COPTEC participou de diversos projetos destinados ao desenvolvimento sustentável do rural brasileiro. Entre 1997 a 1999 participou do programa de assistência técnica Lumiar do governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre os anos de 1999 a 2002 participou de convênio estabelecido com o governo estadual do Rio Grande Sul, que teve suas atividades apoiadas pelo INCRA através de convênio até outubro de 2008.

Em dezembro de 2008 participou da licitação pública do INCRA, firmando contrato a partir de 15 de janeiro de 2009, que consistia na elaboração de 15 planos de desenvolvimento de assentamentos (PDA) e 122 planos de recuperação dos assentamentos (PRA) em oito núcleos operacionais nos municípios de Tupanciretã, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Santana do Livramento, Candiota, Pinheiro Machado, São Luís Gonzaga e São Miguel das Missões. A Coptec também foi responsável pela prestação de serviços de Ates no programa de consolidação dos assentamentos de reforma agrária (PAC) nos municípios de Aceguá, Hulha Negra, Candiota e Viamão (DALBIANCO e NEUMAN, 2012, p 126).

MÉTODO

Com propósito de atingir os objetivos do trabalho, propôs-se realizar um estudo de caso dos serviços de ATES, por se tratar de uma questão de grande importância e por envolver um grande número de famílias.

A pesquisa tem base descritiva com dados primários e secundários, onde se busca compreender os fatos através de observações, registros, análise de fatos estudados e interpretação dos dados coletados e observados, o que segundo Vergara (2000), tem por objetivo descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los, interpretá-los, e correlacioná-los com outros fenômenos de natureza empírica de diferentes características.

A construção da pesquisa tem como vertente das informações três fontes:

1° - Pesquisa Bibliográfica, a partir do estudo da temática e interpretação dos dados bibliográficos.

2° - Pesquisa Documental, a partir da análise de documentos relacionados a políticas públicas, especificamente as desenvolvidas em São Gabriel/RS.

3° - Sistematização e análise de dados referentes ao SAMA: O Serviço de Avaliação e Monitoramento - SAMA é uma plataforma digital, que está disponível na internet, na qual todas as ações desenvolvidas pela ATES foram registradas pelos técnicos durante o período de funcionamento do núcleo São Gabriel

A coleta de dados relacionados aos serviços de ATES prestados em são Gabriel, obtidas através dos dados do SAMA, ocorreram de forma a enumerar todas as atividades/ações desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2014 (periodo que esteve em funcionamento a plataforma), e classifica-las quanto ao grupo de ação atuante, consistindo em quatro modalidades, sendo elas Visitas, Ações Coletivas, Ações Regionais e Ações Complementares. Igualmente, dentro do grupo de ações elencados anteriormente, o enfoque em cada categoria abordada pela ATES e sua abrangência nas seguintes temáticas: Ambiental, Social, Produtiva, Programas INCRA e Outros. A categoria Outros é a categoria pontuada pela ATES, quando os técnicos identificam que beneficiário é desistente do PA, falecido, atendimento em escritório, beneficiário não encontrado e Reunião de planejamento de base.

A coleta das informações e avaliação do grupo pertencente ocorreu de forma individual, ou seja, foi analisada uma a uma as ações e o registro realizado pelo técnico

responsável. Utilizando filtros para localizar o ano em que ocorreu, o grupo de ações em que foi realizada a atividade, o Núcleo Operacional de São Gabriel que foi objeto da pesquisa, filtro compostos somente por tipo de ações e finalmente as ações relacionadas ao registro.

ASSENTAMENTOS EM SÃO GABRIEL

A carcterização da campanha gaúcha é formada por uma série de elementos diversos que compõem sua organização espacial, a partir da ocupação desse espaço fronteiriço por agentes sociais (DOS SANTOS e DAVID, 2011).

O latifúndio pastoril dominou o espaço rural e sua produção, desde o período colonial até o desenvolvimento capitalista, somado ainda com o processo de modernização da agricultura, que inseriu o agronegócio nesse processo (DOS SANTOS e DAVID, 2011).

No município de São Gabriel não foi diferente essa disputa, reconhecido na região como a *Terra dos Marechais*[4], o município serve como palco de disputa entre o MST, que tem como bandeira a luta pela terra e o latifúndio pastoril da região (Dos Santos, 2014). Esse território foi constituído a partir de apropriações de terras e animais, colonização e conquista militar, que fomentou a fixação e expansão da economia com base em pecuária extensiva (FARINATI, 2010).

A campanha Gaúcha nos remete também a ocupação militar, cujo território foi ocupado em caráter político-militar a mando da Coroa Portuguesa para defesa do Continente de São Pedro. Nesse contexto, formou-se o município de São Gabriel, originada a partir de uma sociedade militarizada e com sistemas hierárquicos de poder, desigualdades e com vários problemas sociais. (DOS SANTOS, 2014).

Na construção do novo espaço camponês, que se desenvolveu a partir da disputa do espaço agrário, Dos Santos (2014) destaca a luta e a resistência ocorrida, que possibilitaram conquistas parciais do grupo social. Marchas organizadas entre os anos de 2003 a 2007 pelo MST, entre os anos de 2008 a 2009 a realização de manifestações e ocupações, bem como os assentamentos que foram organizados no estado.

A partir dessa crise hegemônica e como resultado desse processo, foi realizado em dezembro de 2008 a entrega das primeiras áreas desapropriadas para constituição de assentamentos rurais. As áreas desapropriadas foram o complexo Southall, que estava

[4] O município de São Gabriel é historicamente ligado às armas. Terra dos Marechais como é chamada, já que lá nasceram os Marechais João Patrício Mena Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes da Fonseca e Mascarenhas de Morais, o comandante da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália. (ARRUDA, 2011, p. 40)

compreendido entre as fazendas Iguaçu, São José do Zambeze, São Paulo I e São Paulo II, além de áreas nos municípios de Santa Margarida do Sul e Alegrete, que beneficiaram 600 famílias que foram assentadas nessas áreas. Nos anos de 2009 e 2010, foram desapropriadas a fim de reforma agrária, as fazendas Santa Rita IV e Fazenda Trinta e Três (DOS SANTOS, 2014).

Das áreas desapropriadas, originaram-se os assentamentos Conquista do Caiboaté, da antiga Estância do Céu, Madre Terra, antiga fazenda Santa Rita, União pela Terra, antiga fazenda São Paulo I, assentamento Novo Ruma, antiga fazenda São Paulo II, assentamento Cristo Rei, antiga fazenda Trinta e Três, e os assentamentos Zambeze e Itaguaçu, que mantêm os mesmos nomes das antigas fazendas desapropriadas.

A ATES EM SÃO GABRIEL

Em se tratando de apoio para os assentados pode-se pôr em destaque o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criada pelo governo federal em 2003 com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados da reforma agrária.

A partir de 2004 com a criação do programa de ATES, o INCRA no RS passou a executar ações de ATES em todos os assentamentos estaduais e federais a partir de contratos firmados com a EMATER e com a cooperativa de prestação de serviços técnicos COPTEC, (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

Segundo De Sá et al (2012), no Rio Grande do Sul, foram selecionadas três instituições de forma licitatória para atuar na extensão rural, empresas essas que já estavam atuando nesse segmento no estado. São elas: EMATER/RS-Ascar, CETAP e COPTEC. Esta última é vinculada ao MST e é atuante na acessória técnica em assentamentos. A partir de 2009 responde por nove núcleos operacionais de ATES, essas prestadoras de serviços formaram suas equipes de técnicos para atender as atividades de ATES e suas normas foram estabelecidas pelo INCRA/RS.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA ATES (SAMA)

Desenvolvido para acompanhar e monitorar as ações e atividades desenvolvidas pela ATES, o SAMA é um sistema eletrônico, que foi desenvolvido pelo INCRA/RS, cujo objetivo é servir de ferramenta para as equipes dos Núcleos Operacionais descreverem as atividades que foram desenvolvidas e realizadas em cada mês, segundo as metas pré-

estabelecidas nos contratos, no qual servem de base para monitorar as ações executadas, bem como, para os pagamentos das faturas mensais (LIMA, 2015).

AS AÇÕES DA ATES DESENVOLVIDAS EM SÃO GABRIEL

A missão da ATES está elencada para os objetivos que, em sua essência, volta-se para o compromisso social de forma a atingir níveis equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida. Igualmente no Núcleo da COPTEC São Gabriel, podemos identificar as ações voltadas para esses segmentos, com grupo de ações alocados de forma a atender as diversas áreas listadas, que são a própria essência da ATES, como Ações Ambientais, Sociais, Produtivas e Programas INCRA.

Figura 01 – Análise das ações da ATES em 2010.

		CATEGORIA					
		Ambiental	Social	Produtiva	Programas Incra	Outros	Total
Grupo de Ações	Visitas	14	211	369	13	102	709
	Ações Coletivas	56	56	114	20	5	251
	Ações Complementares	14	37	60	85	1	197
	Total	84	304	543	118	108	1157

Fonte: SAMA, 2018.

No ano de 2010, analisando quanto ao grupo de ação, podemos identificar as ações mais utilizadas pela ATES em cada categoria e também as menos utilizadas. Foram elas: VISITAS - A categoria mais abordada foi a PRODUTIVA, com 52,05 %. A categoria de menor representatividade nesse grupo de ações, foi PROGRAMAS DO INCRA, com 1,83%.

No grupo de ação AÇÕES COLETIVAS, a categoria mais abordada foi à PRODUTIVA, com 45,42% das ações da ATES. Já a categoria menos abordada foi à categoria PROGRAMAS INCRA, com 7,97% das ações.

No grupo de ações AÇÕES COMPLEMENTARES, a categoria de maior representatividade foi a PROGRAMAS INCRA, com 43,15% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 7,11% das ações.

Figura 02 – Análise das ações da ATES em 2011.

		Categoria					
		Ambiental	Social	Produtiva	Programas INCRA	Outros	Total
Grupo de Ação	Visitas	57	292	896	29	144	1418
	Ações Coletivas	26	21	0	55	0	102
	Regional	44	78	119	7	0	248
	Ações Complementares	27	45	45	101	18	236
	Total	154	436	1060	192	162	2004

Fonte: SAMA, 2018.

No ano de 2011, identificamos no grupo de ação VISITAS, a categoria mais abordada foi a PRODUTIVA, com 63,19%. A categoria de menor representatividade nesse grupo de ações foi PROGRAMAS INCRA, com 2,1%.

No grupo de AÇÕES COLETIVAS, a categoria mais abordada foi à PROGRAMAS INCRA, com 53,92% das ações da ATES, já a categoria menos abordada foi à categoria PRODUTIVA, com nenhuma ação desenvolvida.

No grupo de ações REGIONAL, a categoria de maior representatividade foi a PRODUTIVA, com 47,98% das ações. A categoria de menor representatividade foi PROGRAMAS INCRA, com 2,82% das ações.

No grupo de ação AÇÕES COMPLEMENTARES, a categoria de maior representatividade foi a PROGRAMAS INCARA, com 42,8% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 11,44% das ações.

Figura 03 – Análise das ações da ATES em 2012.

		Categoria					
		Ambiental	Social	Produtiva	Programas INCRA	Outros	Total
Grupo de Ação	Visitas	117	154	562	64	71	968
	Ações Coletivas	3	1	0	13	0	17
	Regional	55	133	158	564	12	922
	Ações Complementares	8	22	34	8 5	27	176
	Total	183	310	754	726	110	2083

Fonte: SAMA, 2018.

No ano de 2012, no grupo de ação VISITAS, a categoria mais abordada foi a PRODUTIVA, com 58,06%. A categoria de menor representatividade nesse grupo de ações foi PROGRAMAS INCRA, com 6,61%.

No grupo de AÇÕES COLETIVAS, a categoria mais abordada foi a PROGRAMAS INCRA, com 76,47% das ações da ATES, já a categoria menos abordada foi à categoria PRODUTIVA e OUTROS, com nenhuma ação desenvolvida.

No grupo de ações REGIONAL, a categoria de maior representatividade foi PROGRAMAS INCRA, com 61,17% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 6% das ações.

No grupo de ações AÇÕES COMPLEMENTARES, a categoria de maior representatividade foi PROGRAMAS INCARA, com 48,3% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 4,6% das ações.

Figura 04 – Análise das ações da ATES em 2013.

		Categoria					
		Ambiental	Social	Produtiva	Programas INCRA	Outros	Total
Grupo de Ação	Visitas	32	183	830	47	137	1229
	Ações Coletivas	2	0	40	17	8	67
	Regional	11	204	433	425	0	1073
	Ações Complementares	9	25	56	120	36	246
	Total	54	412	1359	609	181	2615

Fonte: SAMA, 2018.

No ano de 2013, podemos identificar no grupo de ação VISITAS, a categoria mais

abordada foi a PRODUTIVA, com 50,7%. A categoria de menor representatividade nesse grupo de ações foi AMBIENTAL, com 2,6%.

No grupo de AÇÕES COLETIVAS, a categoria mais abordada foi à PRODUTIVA, com 76,47% das ações da ATES, já a categoria menos abordada foi à categoria SOCIAL, 3% das ações desenvolvidas.

No grupo de ações REGIONAL, a categoria de maior representatividade foi PRODUTIVA, com 40,35% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 1,02% das ações.

No grupo de AÇÕES COMPLEMENTARES, a categoria de maior representatividade foi a PROGRAMAS INCARA com 48,8% das ações, a categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 3,7% das ações.

Figura 05 – Análise das ações da ATES em 2014.

		Categoria					
		Ambiental	Social	Produtiva	Programas INCRA	Outros	Total
Grupo de Ação	Visitas	83	275	520	29	64	971
	Ações Coletivas	2	35	79	13	15	144
	Regional	23	168	347	540	0	1078
	Ações Complementares	19	37	57	176	68	357
	Total	127	515	1003	758	147	2550

Fonte: SAMA, 2018.

No ano de 2014, podemos identificar no grupo de ação VISITAS, a categoria mais abordada foi a PRODUTIVA, com 55%. A categoria de menor representatividade nesse grupo de ações foi AMBIENTAL, com 1,4%.

No grupo de AÇÕES COLETIVAS, a categoria mais abordada foi à PRODUTIVA, com 76,47% das ações da ATES, já a categoria menos abordada foi à categoria SOCIAL, com 3% das ações desenvolvidas.

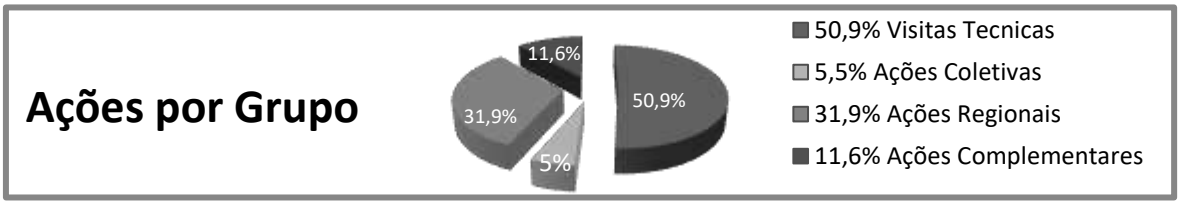
No grupo de ações REGIONAL, a categoria de maior representatividade foi PROGRAMAS INCRA, com 50,1% das ações. A categoria de menor representatividade foi AMBIENTAL, com 1,8% das ações.

No grupo de AÇÕES COMPLEMENTARES, a categoria de maior representatividade foi PROGRAMAS INCARA, com 49,3% das ações, a categoria de menor representatividade

foi AMBIENTAL, com 5,32% das ações.

De uma forma geral, podemos visualizar as ações da Ates Núcleo operacional São Gabriel da seguinte forma:

Figura 6 – Ações Desenvolvidas Pela ATES Quanto a Categoria no N.O. São Gabriel 2010-2014.



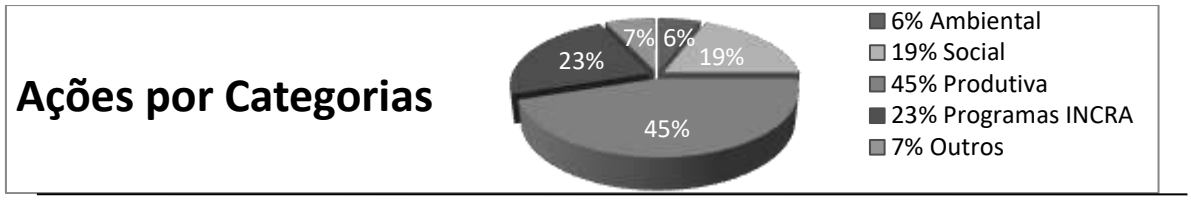
Fonte: SAMA, 2018.

Durante esse período, podemos identificar que a maior parte das ações desenvolvidas pela ATES foram voltadas para categoria produtiva, com 45%, com isso concluímos que o enfoque principal dado pela ATES nos cinco anos em que esteve operante foi o produtivo.

A categoria menos abordada foi a ambiental com 6% das ações desenvolvidas.

Outro ponto importante a ser destacado, é que apenas 11,6% das ações desenvolvidas não foram planejadas, ou seja, a ATES conseguiu desempenhar uma função estratégica onde foram planejadas as ações de acordo com a realidade dos assentamentos, bem como suas demandas. Essa afirmação pode ser vislumbrada no quadro a seguir.

Figura 7 - Ações Desenvolvidas Pela ATES Quanto o Grupo de Ações no Núcleo Operacional São Gabriel 2010-2014.



Fonte: SAMA, 2018

ENFOQUE DA ATES NA ÁREA SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA

Muito se tem dito sobre a atuação das prestadoras de serviço de ATES e ATER no que tange as temáticas do campo, no caso da prestadora COPTEC Núcleo operacional São Gabriel, pode-se identificar o enfoque dado pela ATES nos anos em que ela teve operante no município, bem como sua evolução e mudanças de foco de acordo com cada período dentre os anos de 2010 e 2014.

Podemos identificar algumas contradições na ATES em detrimento da Reforma

Agrária, uma delas é o fato das ações ambientais não serem prioridade durante os cinco anos de atuação do Núcleo operacional de São Gabriel, com apenas 6% das ações listadas, mesmo sendo uma das principais bandeiras da Reforma Agrária.

No ano de 2010, primeiro ano de atuação da ATES, dentre os grupos de ações desenvolvidas em São Gabriel, foram identificadas 1157 ações, na qual o principal enfoque foi à categoria produtiva, com 46,9% do total das ações desenvolvidas nessa categoria. No ano seguinte, em 2011, teve um crescimento de 57,7% nas ações desenvolvidas quando comparadas com o ano anterior. O enfoque total das ações desenvolvidas pela ATES nesse ano foram da categoria produtiva, abrangendo 52,9% das ações desenvolvidas. Nesse mesmo ano, tiveram início às ações regionais no Núcleo São Gabriel, com uma pequena participação do volume de atividades planejadas pelo grupo técnico da ATES, com apenas 12% das ações.

Em 2012, as ações da ATES tiveram um aumento de 3,8%. A categoria mais trabalhada continuou sendo a produtiva, com 36,2% das ações, porém se destaca o grande aumento das ações desenvolvidas na categoria Programas INCARA, que nesse ano compreendeu uma totalidade de 34,9% das ações e comparados com o ano anterior teve aumento de 26,5%.

Outro ponto importante a destacar, foi o aumento das Ações Regionais, que no ano anterior representavam apenas 12% das ações, em 2012 passaram a representar 44,3% do total das ações da ATES. Isso representa que a partir desse período, os NOs passaram a ter mais autonomia para planejar as ações.

Em 2013 foram identificadas 2615 ações desenvolvidas pela COPTEC núcleo São Gabriel, que comparado com o ano anterior, teve aumento de 20,34%. O enfoque principal das ações da ATES nesse ano foi à categoria Produtiva, com 52% das ações listadas, sendo identificados 55,5% de aumento das ações nessa categoria, se comparado com o ano anterior. Cabe ressaltar nesse ano o aumento da interferência do INCRA e, consequentemente a participação de políticas públicas nos assentamentos da reforma agrária, entre o período de 2012 e 2013, pontuamos como sendo o auge das políticas públicas no município de São Gabriel, foi quando teve uma participação respectivamente de 35% e 23,3% das ações voltadas para programas do INCRA, como PRONAF, PAA, PNAE entre outras políticas que foram objetos de apoio do INCRA.

O ano de 2014 foi o último que tiveram registradas as informações da ATES no SAMA. Outrossim, nesse ano, foram identificadas 2550 ações desenvolvidas pelo núcleo São

Gabriel, o que representa uma queda na quantidade de ações desenvolvidas no município de 2,5% se comparado com o ano anterior. O enfoque das ações foi na categoria produtiva, com 39,33% das ações.

Outro aspecto importante a ser pontuado é a redução das visitas técnicas em detrimento das demais atividades, principalmente a partir da inclusão da modalidade Ações Regionais. Quando analisamos o ano de 2010, identificamos um total de 709 visitas técnicas, esse foi o primeiro ano que foram computadas as ações da ATES em São Gabriel, já no ano de 2014, que foi o último ano computado, foram listadas 971 visitas. Esse último podemos considerar como sendo o início do fim da COPTEC, pois identificamos a redução do número de ações em todas as modalidades o que culminou com o encerramento em definitivo do núcleo operacional da COPTEC em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura e nos dados obtidos, podemos concluir que diante da complexidade do rural brasileiro, diante das dificuldades enfrentadas e muitas vezes criadas pelo modelo hegemônico, através de uma reprodução ampla do modelo desenvolvido a partir da Revolução Verde, identificamos uma forma de extensão rural com objetivos e estratégias definidas.

Ao analisar a organização das tarefas da ATES do núcleo operacional São Gabriel, fica claro quais eram as principais demandas dos assentamentos que eram atendidos pelos técnicos, nessa perspectiva, analisando o período de formação dos assentamentos em São Gabriel e região, identificamos que a prioridade era auxiliar na sustentabilidade produtiva das famílias, esse fato comprovado pelo volume de ações voltadas para essa categoria.

Outra importante influencia que determinou essas atividades, foi o fato de se tratar de áreas novas, recém-colonizadas pelos agricultores e por muitas vezes as pessoas que se inseriram nessas áreas detém alguma inaptidão para atividades agropecuárias, fomrntando assim, as iniciativas dos grupos de ação na modalidade Produtiva.

Outra importante análise a ser feita, é o esforço da ATES para instruir, acompanhar e utilizar os programas do INCRA nos assentamentos. Podemos destacar como sendo os principais programas identificados o PAA, PNAE, PRONAF, Mais Alimentos, Crédito Fomento entre outros. Essas ações representam quase 1/3 das ações desenvolvidas. Contudo, as perspectivas da ATES baseadas em ideias voltadas para a sustentabilidade ambiental e

equidade social a partir de novos direcionamentos de ações e atividades, não ocorreram conforme previsto pelo manual da ATES, ao invés disso, mostraram-se voltados para atender as demandas existentes nos assentamentos de acordo com as necessidades das famílias *in loco*, e não apenas como um simples difusor de pacotes tecnológicos.

Dentre todos os pontos aqui discutidos, resalto a importancia que teve a ATES atuando como agente intermediador no meio rural, aproximando os anseios do produtor com o Estado e as oportunidades existentes, pois ela atuou de forma pedagógica, Técnica e mostrou-se voltado para atender as demandas realmente existentes nas comunidades rurais.

A ATES, atualmente, não atua mais no município de São Gabriel, mas seu legado deixou familias extruturadas e assentamentos desenvolvidos a partir de um importante trabalho realizado no curto periodo de tempo em que esteve atuante.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o Desenvolvimento Rural Brasileiro: Avanços, Contradições e Desafios para o Futuro.** In Grisa, C; Schneider. In Organizadores. Politicas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora URGS.2016. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil. Acesso em dezembro 2019.

ARRUDA, H. M. R. F. **Cartografia de síntese para análise integrada da paisagem do município de São Gabriel/RS: uma proposta de zoneamento ambiental.** 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9337. Acesso em: janeiro 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Agosto de 2003. Disponível em: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: outubro de 2017.

BOLTER, J. A. G; SCHINEIDER, S; HASS, J, M. **O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural.** In Grisa, C; Schineider, S. Organizadores. Politicas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora URGS. 2016.

CARDOSO, B. F; OLIVEIRA, T. J. A; SILVA, M. A. R; **Eletrificação Rural e Desenvolvimento Local: Uma Análise do Programa luz para Todos.** *In.* Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 11. N° 22. Jan/Abr 2013. P. 117-138. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/9709/eletrificacao-rural-e-desenvolvimento-local-uma---. Acesso em: fev. 2018.

CARVALHO, L. H; **A Concentração Fundiária e as Politicas Agrárias Governamentais Recentes.** *In.* Revista IDEAS, v. 4, n 2, p. 395-428, 2010. Disponivel em: http://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/50/50.

COOPERATIVA DE SERVIÇO TECNICOS: **COPTEC.** Disponível em: http://coptec.org.br/. Acesso em: outubro 2017.

DALBIANCO, V. P. **A Construção de uma Extensão Rural Diferencida para as Familia Assentadas: O Programa da Acessória Tecnica Social e Ambiental (Ates) no RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria; Centro de Ciências rurais; Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Santa Maria, 2010.

DALBIANCO, V. P. NEUMANN, P. S; **Rumos da Ates no RS: Em Direção à Constituição de um Sistema Descentralizado?** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 107-130.

DE SÁ, V, C; CHIES, J, J; DIESEL, v; RIGO, D, S**. Dilemas da terceirização Um Olhar Sobre a Estrutura Organizacional da Ates**. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 131-157.

DIESEL, V.: NEUMANN. P. S. **Extensão Rural, no Contexto do Pluralismo institucional: Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. 1 ed. Ijuí. Editora Unijuí. 2012

DOS SANTOS, A, L, M; DE DAVID, C. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS. Revista NERA**, Presidente Prudente ano 15, n° 20, pp175. Janeiro-junho. /2012.

. O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: Territorialidades e Desenvolvimento. O Caso do Assentamento Conquista do Caiboaté, SÃO GABRIEL-RS. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22 (2011), p. 57-81. DOI: http://dx.doi.org/10.7154/RDG.2011.0022.0004

DOS SANTOS, A. L. M; **O Emergir de um Novo Território Camponês nos Domínios do Latifúndio: O caso de São Gabriel-RS.** Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/24453/15523. Acesso em dezembro 2017.

ESTATUTO DA TERRA. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Publicada no D.O.U de 30.11.1964. Retificada: no D.O.U de 17.12.1964. Retificada: no D.O.U de 06.04.1965 disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em Maio 2020.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil** (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FILHO, J. L. A; FONTES, R. M. O**. A Formação da Propriedade e a Concentração de**

Terras no Brasil. In: Revista de História Econômica & economia Regional Aplicada. Vol. 4 N° 7 Jul. - Dez 2009. Disponível em: http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf.

GARCIA, J. R; FILHO, J. E. R. V; **Política Agrícola Brasileira: Produtividade, Inclusão Sustentabilidade.** Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/888; Acesso em: novembro 2017.

GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; SENCÉBÉ, Y. **Crédito Fundiário no Brasil: Instrumento de Ordenamento Fundiário?** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. ed. URGS. 2015

GOMES, A. **Anos 80: década perdida?** Revista do legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 42, p. 51-55, jan. / dez. 2009., 2009. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1615/1/1615.pdf. Acesso em 22/01/2018.

GRANDO, M. Z; FERREIRA, G. S.: o programa de aquisição de alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. *In:* **Fundação de Economia e Estatística (FEE).** Porto Alegre, março de 2013. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/20140730o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-e-sua-relacao-com-o-rio-grande-do-sul.pdf. Acesso em: outubro de 2017.

GRISA, C.; Schneider, s.: **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil.** In: Grisa, c: Schneider, S.: Políticas Publicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Editora URGS. 2015.

LEONETI, A. B; PRADO, E. L; OLIVEIRA, S. V. B. **Saneamento Básico no Brasil: Considerações sobre investimentos e Sustentabilidade para o século XXI.** Revista de Administração Pública, v.45, n.2, p.331-348, 2011 http://producao.usp.br/handle/BDPI/6136 Downloaded from: Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, Universidade de São Paulo. 2011.

LIMA, V. S. **Avaliação das Visitas Técnicas Individuais como Ferramenta de Trabaljo no Programa de ATES do RS.** Santa Maria/RS. 2015. Disponível em : http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3060/Lima_Vladimir_Silva_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em : Março 2018.

LISBOA, R, S. DIESEL, V. DA SILVEIRA, L, B. FRIEDERICH, G. HASS, J. MENDONZA, B, S. MORAES, C. **Extensão Rural no Rio Grande do Sul: Evidências de Configuração Institucional Pluralista?** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 57.

MEDEIROS, L. S de. **Luta por Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões.** In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. de (organizadores). Política pública de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, RS. Editora UFRGS. 2013. P. 339-359.

MELO, TIAGO DE.: Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo Fatores de sucesso ou insucesso Relatório de Pesquisa. *In*: **Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA)**. Brasilia, 2013. Disponivel em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7635/1/RP_Avalia%C3%A7%C3%A3o_2013.pdf. Acesso em: Maio 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Caderno de Habitações 4**. Brasília. Maio 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. MAPA. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuario/proagro> Acesso em: 22/01/2018.

MOLINA, M. C; ROCHA, M. I. A. **A Educação do Campo, História, Prática e Desafios no Âmbito das Políticas de Formação de Educadores – Reflexões Sobre o Pronera e o Precampo.**Disponívelem:https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252/3689. Acesso em Fevereiro 2018.

MONTEIRO, D, M. **Política de Terras no Brasil: Elite Agrária e Reações à Legislação Fundiária na Passagem do Império para a República.Disponível em DOI:** https://doi.org/10.29182/hehe.v5i2.201 . Acesso em novembro de 2020.

NETO, C. G. A. M.; DE MELO, L. M; MAIA, C. M.: **Políticas públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre, RS. Editora UFRGS, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad012.pdf. Acesso em: outubro de 2010.

NEUMANN, P. S; DALBIANCO, V. **Reforma Agrária e a Atuação do estado na Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural Para Assentados**. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83-84.

NEUMANN, P. S; DIESEL, V. **Aprendizados de Uma Ates em Busca do Desenvolvimento dos Assentamentos**. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 329-330.

PLATAFORMA S.I.L.B: **Sesmaria do Império Luso-Brasileiro.** Disponível em: http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial. Acesso em outubro de 2017.

REIS, C. DE S. **A função social da propriedade e o acesso à terra com dignidade da pessoa.**in**:** Âmbito jurídico, Rio Grande, XI, n. 53**,** maio de 2008. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912. Acesso em outubro de 2017.

RIBEIRO, F. S; SANTOS, Martins, J. F**. Política de eletrificação rural: superando dilemas**

institucionais. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 131- 152, dez, 1994. Disponível em: http://web.bndes.gov.br. Acesso em Março 2017.

SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998 Brasília**: IPEA, jul. 1999. (Texto para Discussão, n.654). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf. Acesso em : Fevereiro de 2018.

SCHNEIDER, S; MÜLLER, A.L; SILVA, M. K.A **construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o programa de aquisição de alimentos.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 20, p. http://r1.ufrrj-139, 2012.Acesso em outubro de 2017.

SOUZA, M. A. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** *Educ. Soc.* [online]. 2008, vol.29, n.105, pp.1089-1111. ISSN 1678-4626. https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária e o socialismo.** In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/a%20questao%20agraria%206%20-.pdf. Acesso em: outubro 2017

TREVISAN, M. M.; ZARNOTT, A, V.; DALBIANCO, V. P.; NEUMAN, P. S.; FIALHO, M, A, V.**O Processo de Organização do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental no Estado Rio Grande do Sul**. GT 10**:** políticas públicas e desenvolvimento rural; Campinas, SP: setembro de 2014.

TRICHES, R. R. **Repensando o Mercado da Alimentação Escolar: Novas Institucionalidades para o Desenvolvimento Rural.** In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. ed. URGS. 2015.

VEIGA, I. P. A: **Inovações e Projetos Politico-Pedagógico: Uma Relação Reguladora ou Emancipatória?** Cad. Cedes, SP. V. 23, N 61, P 267 – 281. Campinas, Dezembro2003. Disponivel em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361. Acesso em Outubro 2017

VERGARA S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo:Atlas, 2000.

ZULOWSKI, J.C.: **Seguro Agrícola e Desenvolvimento Rural Contribuições e desafios do SEAF**. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. ed. URGS. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil. Acesso em dezembro 2019.